

Avaliação Social

Data 29/03/2021

Subvenção CEPF 109664

Cooperativa Central do Cerrado

Consórcio de Conservação e Uso Sustentável Babaçu Livre

Estados do Maranhão e Tocantins

Resumo da Subvenção

1. Organização do beneficiário: Cooperativa Central do Cerrado LTDA.
2. Nome da subvenção: Consórcio de Conservação e Uso Sustentável Babaçu Livre
3. Número da subvenção: 109664
4. Valor da subvenção (Dólares americanos): US\$ 97.731.
5. Datas propostas para a subvenção: 01 de março a 30 de novembro de 2021.
6. Países ou territórios onde o projeto será realizado: Brasil, estados do Maranhão e Tocantins.
7. Data de preparação do presente documento: 23 de março de 2021.

1. Povos Indígenas afetados: *Esta seção descreverá os povos indígenas na área do projeto.*

Povos e comunidades tradicionais - grupos que possuem culturas diferentes das que predominam na sociedade, identidade própria, organização social distinta, uso de territórios e recursos naturais para manter sua cultura no que diz respeito à organização social, religião, economia e ancestralidade. De acordo com Diegues (2003), são populações ou sociedades humanas cujos indivíduos possuem modos de vida fortemente associados ao uso e manejo dos recursos naturais ao longo de sua permanência histórica em ecossistemas naturais e em áreas cultivadas adjacentes, e que detêm o chamado conhecimento ecológico tradicional. Incluem tanto populações tradicionais indígenas como não indígenas, tais como caixaras, jangadeiros, sertanejos, caipiras, quilombolas, ribeirinhos, etc. De forma geral, são populações que, por meio de extrativismo, usam diversos produtos da flora e fauna nativas como fonte de medicamento, fibra, alimento e energia, bem como possuem vários elementos culturais e religiosos associados à biodiversidade e ecossistemas locais. Adicionalmente, as sociedades tradicionais geralmente obtêm parte significativa de seu sustento do cultivo de roçados e da criação de animais em mosaicos de áreas naturais e áreas agrícolas abertas periodicamente em meio à vegetação secundária.

Além de suas especificidades ambientais, o Cerrado também apresenta grande importância social. Muitas comunidades coexistem com o bioma, utilizando seus recursos naturais para sobreviver com qualidade de vida, ao mesmo tempo que promovem a conservação de seus territórios através de seus modos de vida. São eles Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais, esta última composta por diversas categorias indenitárias (Geraizeiros, Ribeirinhos, Quebradeiras de Coco Babaçu, etc.), que são parte do patrimônio histórico e cultural do Brasil e compartilham o conhecimento tradicional sobre o uso e conservação da biodiversidade.

O projeto Consórcio de Conservação e Uso Sustentável Babaçu Livre irá atuar diretamente com a Comunidade Tradicional (Comunidade Local) das Quebradeiras de Coco Babaçu. E promoverá uma ação específica de intercâmbio entre as Quebradeiras de Coco Babaçu e uma Comunidade Quilombola (Comunidade Local), o Povo Kalunga no estado de Goiás.

As frutas do Cerrado, utilizadas historicamente para consumo e manejadas conforme o modelos tradicionais dessas comunidades em seus territórios, vem ao logo das últimas décadas ganhando espaços

em mercados mais estruturados, o babaçu é hoje a espécie nativa de maior relevância econômica e com maior capacidade de gerar renda, desenvolvimento local e conservação do Cerrado.

Quebradeiras de Coco Babaçu.

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins é organização que representa os interesses sociais, políticos e econômicos dessa Comunidade Tradicional, dando às mulheres a possibilidade de serem vistas e reconhecidas. Isso possibilita a chance de se desenvolverem por meio do conhecimento e da experiência que o trabalho do movimento oferece e de adquirirem visão ampliada de mundo, para além das comunidades de que fazem parte. A luta pelo direito à terra e ao babaçu, e também pela qualidade de vida da mulher no campo.

O MIQCB tem como missão organizar as quebradeiras de coco babaçu para que conheçam seus direitos, a fim de promover a autonomia política e econômica em defesa das palmeiras de babaçu, dos territórios, do meio ambiente e da luta pela melhoria de suas condições de vida e de suas famílias, com base no bem viver.

As Quebradeiras são referência, enquanto guardiãs da floresta de babaçu, na valorização dos conhecimentos tradicionais, na luta por direitos de acesso à terra e ao território, ao babaçu livre e à prática da agroecologia. O movimento busca a mobilização e a participação das Quebradeiras de Coco Babaçu, ampliando conquistas a mais de 400 mil mulheres, incluindo jovens e outros membros de Comunidades Tradicionais.

O MIQCB representa as Quebradeiras e Coco Babaçu na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) desde sua fundação em 2006. A CNPCT é uma instância consultiva e deliberativa, formada paritariamente por representantes de Povos e Comunidades Tradicionais e Órgãos de Governo e tem como principal função construir e implementar as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Para além do MIQCB, as mulheres estão organizadas em diversas formas jurídicas, desde associações locais, regionais e nacionais que lutam por direitos socioambientais, território, água. Assim como organização produtivas e de comercialização, que a partir do uso comunitário do babaçu produzem e comercializam amêndoas de babaçu, óleo, sabão, sabonete, farinha, carvão, entre outros produtos, por meio de suas cooperativas, como a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ) e a Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (CIMQCB).

A Cooperativa Central do Cerrado, proponente e beneficiária direta do projeto, é uma forma jurídica de organização produtiva e comercial de diversas Comunidades Tradicionais, criada e gerida por representantes dessas comunidades.

Atualmente a direção da Cooperativa Central do Cerrado esta dividida da seguinte forma:

ITEM	CARGO	Organização Singular Filiada que Representa	CATEGORIA IDENTITARIA
01	Diretor Presidente	Cooperativa dos Agricultores Familiares Agroecologicos do Projeto de	Sertanejo

		Assentamento Colonia I e Região LTDA - COOPAFAMA	
02	Diretor Administrativo e Financeiro	Cooperativa Sertão Veredas LTDA.	Sertanejo
03	Diretora de Comercialização	Associação Quilombola do Prata	Quilombola
04	Primeira Suplente	Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu - CIMQCB	Quebradeira de Coco Babaçu
05	Segunda Suplente	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis – COOPAESP.	Quebradeira de Coco Babaçu

Comunidade Quilombola Kalunga

O corredor **Veadeiros-Pouso Alto-Kalungas** abrange todo o nordeste de Goiás e sudeste do Tocantins em 39 municípios. A área é coberta por vegetação nativa em 75%. A porção de Goiás corresponde ao Vale do Paranã, a região mais pobre do estado, com a presença de florestas secas, o tipo de vegetação mais ameaçado do bioma Cerrado. O turismo é muito importante nesta região, devido às inúmeras cachoeiras e belas paisagens conservadas. Também é uma região de alta importância biológica, sendo, por exemplo, um dos habitats raros do pato-mergulhão ameaçado.

Além do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a parte goiana do corredor conta com cerca de 20 reservas privadas, a Área de Proteção Ambiental (APA) Pouso Alto e a Reserva Extrativista Recanto das Araras de Terra Ronca. A parte do corredor no Tocantins não possui áreas protegidas. A região é rica em comunidades quilombolas, como Forte, Muquém e Kalunga na região da Chapada dos Veadeiros, e outras comunidades nos municípios de Arraias e Natividade, no Tocantins. O território quilombola Kalunga, que abriga 5.000 pessoas, conserva 26.200 hectares, que são geridos de forma sustentável por moradores locais com agricultura, pecuária e extração em pequena escala.

A Associação do Quilombo Kalunga (AQK), liderou o primeiro reconhecimento de um território brasileiro como TICCA, se tornando uma referência para outras Comunidades Tradicionais e fonte de uma significativa e inicial reflexão sobre o real significado e impacto desse reconhecimento. Podendo contribuir de forma relevante para o projeto Consorcio de Conservação e Uso Sustentável Babaçu Livre e o fortalecimento das Quebradeiras de Coco Babaçu.

- 2. Resumo do projeto proposto:** *Esta seção descreverá o que você planeja fazer e como planeja fazê-lo, com ênfase especial nas atividades implementadas em áreas habitadas e / ou usadas por povos indígenas.*

O projeto tem como objetivo principal desenvolver e multiplicar capacidades que promovam o uso sustentável das florestas de babaçu, através da ampliação da oferta de óleo de coco babaçu com origem socioambiental identificável, mesurável e que promove a conservação da biodiversidade e uma justa e equitativa distribuição de ganhos econômicos e por meio de um consorcio de empreendimentos comunitários que atuam com o beneficiamento do coco babaçu nos estados do Maranhão e Tocantins.

O Consorcio Babaçu Livre, capitaneado pela COPPALJ, irá promover a ampliação da capacidade produtiva das organizações que o integram, através da garantia de compra da produção e da transferência e

disseminação de Boas Práticas de Manejo e Gestão, já desenvolvidas pela COPPALJ na região do Médio Mearim no Maranhão a mais de 30 anos.

As Boas Práticas de Manejo e Gestão desenvolvidas pela COPPALJ são baseadas em uma metodologia e prática tradicional, sistematizada e referendada pela EMBRAPA, que estabelece critérios de uso e conservação das áreas, garantindo a integração produtiva do território, considerando a conservação da floresta de babaçu e a sobrevivência das famílias que vivem naquele território. A gestão, ou governança socioambiental dos processos produtivos e de conservação, se dão via cantinas, que além de suprir a estrutura física necessária as operações com babaçu, compõem o núcleo local de controle socioambiental da cooperativa em cada comunidade, garantindo entre outros aspectos o atendimento aos critérios de qualidade e de certificação orgânica, por exemplo.

A iniciativa será desenvolvida em dois grandes territórios, a região do Médio Mearim e seu entorno no Maranhão e a região do Bico do Papagaio no Tocantins e seu entorno no sul do Maranhão, envolvendo ao todo vinte municípios e três Unidades de Conservação.

O projeto está estruturado em 5 componentes, 4 de atuação direta e um transversal:

Componente 01: Consorcio Babaçu Livre.

Tem como objetivo criar um coletivo de empreendimentos comunitários e organizações parceiras, com capacidade de atuar prioritariamente na gestão territorial e governança socioambiental dos processos produtivos de óleo de coco babaçu para atendimento a demandas de mercado e inclusão produtiva das Quebradeiras de Coco Babaçu.

A instancia será chamada de Consorcio Babaçu Livre e será responsável pela gestão participativa das atividades produtivas e pelo monitoramento da atuação de seus integrantes em consonância com os princípios, valores e critérios de sustentabilidade construídos coletivamente através de acordos coletivos e protocolos de produção. A adesão as boas práticas será definida nesse Componente 01, os códigos de conduta, sanções e outros aspectos relacionados, serão definidos no documento de formação do Consorcio, que as comunidades irão ajudar a construir e aderir formalmente, através de carta institucional.

Atividades vinculadas ao componente:

1.1. Levantamento e identificação de organizações com potencial e historico para itegrar o Consorcio Babaçu livre.

A equipe do projeto fará um levantamento das organizações, dentro das duas grandes áreas de atuação do projeto, para identificar iniciativas que atuam na cadeia do babaçu que atendam os critérios de participação do consorcio, para além das organizações com atuação histórica nessa cadeia que já estão em diálogo acerca do projeto. Os critérios de identificação serão: I- ser um empreendimento econômico e solidário, II - ser constituído por comunitários, III - atuar de forma coletiva em sua produção e comercialização, IV - atuar dentro dos princípios agroecológicos, V - desenvolver ações de uso e conservação da sociobiodiversidade em suas práticas produtivas, VI - desenvolver práticas produtivas não predatórias e VI - promover a inclusão de jovens e mulheres em suas atividades.

1.2. Realizar reuniões e encontros de articulação e mobilização.

A equipe do projeto irá promover reuniões, presenciais e virtuais, com as organizações identificadas e entre elas, para discutir o projeto e a estratégia de construção do Consórcio Babaçu Livre. As reuniões e ações de mobilização e articulação serão realizadas institucionalmente pela Cooperativa Central do Cerrado, COPPALJ e ASSEMA, e terão como objetivo final a construção participativa da base de funcionamento do Consórcio Babaçu Livre, suas diretrizes de atuação, integrantes, responsabilidades e compromissos.

1.3- Criação formal do Consorcio Babaçu Livre.

Em um evento específico o Consorcio Babaçu Livre será instituído, nele as organizações que foram identificadas, que atenderam os critérios, que demonstraram interesse em participar e assumiram o compromisso com os princípios da iniciativa irão aprovar em um espaço coletivo o documento de criação formal do consorcio e a vinculação entre as organizações que participaram de sua construção.

1.4 - Criação da Fortaleza Slow Food do Babaçu.

A equipe do projeto, em conjunto com a Associação Slow Food do Brasil e a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), irá instituir a Fortaleza Slow Food do Babaçu. Para a constituição da fortaleza será necessário a construção de um protocolo de produção, onde serão sistematizadas as práticas sustentáveis desenvolvidas hoje pelas mulheres da AMTR, que são a base de fornecimento de amêndoa de babaçu para a COPPALJ. O Protocolo de Produção da Fortaleza é um instrumento importante para identificar a origem e os modos de produção de um alimento por determinada comunidade. No contexto do projeto ele será usada como referência para as boas práticas produtivas, será um instrumento complementar ao plano de manejo, mas com olhar e respaldo das práticas tradicionais de uso e conservação feitas pelas Quebradeiras de Coco Babaçu em seus territórios.

Componente 02: Estruturação Produtiva.

Tem como objetivo específico levantar dados técnicos e informações sobre as demandas de formação técnica e gestão dos integrantes do Consorcio Babaçu Livre, qualificando as necessidades de investimento e construindo planos específicos que orientem a captação de recursos para expansão da capacidade produtiva da COPPALJ e de outras unidades de beneficiamento de coco babaçu integrantes do Consorcio Babaçu Livre.

É importante ressaltar que em 2020 a COPPALJ já fez investimentos, com recursos próprios, em sua estrutura de produção que somam mais de 500 mil reais, tais investimentos foram empregados em uma nova e mais segura caldeira, renovação das prensas de óleo e tanques de armazenamento. Para 2021 a cooperativa projeta investir mais 300 mil reais em estrutura física para atendimento a demanda de mercado que se apresenta, tais recursos serão empregados conforme orientações do plano de investimentos elaborado no âmbito do projeto apoiado pelo CEPF.

Atividades vinculadas ao componente:

2.1. Diagnostico da necessidade de investimentos.

Uma série de investimentos em estruturas produtivas já foram realizadas na região de atuação do projeto, de pequenas unidades artesanais de produção de óleo de coco babaçu a agroindústrias de pequeno porte. O diagnóstico produtivo será realizado por consultoria contratada pelo projeto e terá como objetivo avaliar as estruturas produtivas existentes, a situação de cada uma delas e apontar a necessidade de investimentos para que elas possam ampliar sua produção ou retomar as atividades produtivas. O referido diagnóstico deverá minimamente apontar: I - Capacidade instalada de produção de óleo, II - necessidade de investimentos em infraestrutura predial, III - necessidade de investimento em equipamentos, IV - necessidade de investimento em informatização e automação de processos, V – práticas produtivas na coleta do coco babaçu.

Ao fim da consultoria os empreendimentos diagnosticados e a equipe do projeto, terão um mapa de intervenções e investimentos que subsidiará a captação de recursos junto a parceiros financiadores, tanto para investimentos físicos como para capacitações.

2.2. Estudo de Logística de Transporte.

Através de consultoria específica será realizado um estudo de logística para orientar a integração produtiva dos empreendimentos do consórcio, considerando a otimização das estruturas produtivas instaladas nos dois grandes polos de atuação do projeto. A consultoria deverá apontar minimamente: I - uso de ramais para transporte de matéria prima, II - volumes mínimos de carga por trajetos, III - incidência tributária em transporte interestaduais e VI - rotas de integração para composição de volumes.

2.3. Estudo da demanda de formação.

Através de consultoria contratada será realizado um levantamento da demanda de formação e capacitação dos integrantes do consórcio. A consultoria deverá apresentar um documento contendo minimamente: I – demanda de formação técnica para coleta e uso do babaçu, II – demanda de formação técnica controle de qualidade de matéria prima e III – demanda de formação técnica para gestão de empreendimentos.

Componente 03: Transferência de Conhecimentos.

Tem como objetivo específico estruturar um processo coletivo de construção e disseminação de conhecimentos, tendo como base a experiência da COPPALJ em (1) produção, (2) acesso a mercado, (3) certificações, (4) manejo de babaçu e (5) operação das cantinas como dispositivo de monitoramento socioambiental. Assim como testar a metodologia aplicada para aumento dos volumes de produção de óleo de coco babaçu de forma sustentável. Entendemos que a cooperação entre os agentes públicos, privados e da sociedade civil é transversal e ocorrerá em todos os componentes, é papel do projeto articular que cada agente coopere em sua “especialidade” nas atividades já previstas.

Atividades vinculadas ao componente:

3.1. Plano de capacitação.

Com base no levantamento da demanda de formação e capacitação, a equipe do projeto desenvolverá em conjunto com os membros do consórcio, um Plano Formação focado no desenvolvimento de capacidades que promovam o uso sustentável das florestas de babaçu. O referido plano deverá ser

composto de: I - demandas apontadas em estudo específico, II – Intercâmbios para troca de experiências, III - estratégia de incubação de unidades compradoras de amêndoa e produtoras de óleo de coco babaçu por produtores da trabalhadores cooperados da COPPALJ.

3.2. Produção de vídeos e manuais tecnológicos:

Serão produzidos dois vídeos e dois manuais tecnológicos, sendo um vídeo e um manual sobre o manejo de babaçu e um vídeo e um manual sobre o funcionamento das cantinas. O material produzido terá como referência a experiência da COPPLAJ nos dois temas e será destinado aos processos de formação como instrumento pedagógico para transferência de conhecimentos e disseminação de saberes. Os manuais e vídeos serão usados no tempo do projeto para as capacitações do piloto de inclusão produtiva das 3 organizações e ficarão para uso contínuo das ações de formação após o encerramento do financiamento do CEPF ao projeto.

3.3. Piloto de inclusão produtiva.

A equipe do projeto em conjunto com a COOPALJ e ASSEMA, selecionará três comunidades onde o processo de transferência de conhecimentos, inclusão produtiva, replicação de tecnologias sociais e formato de manejo de babaçu serão testados, o piloto terá como resultado, ao fim do projeto, uma avaliação da integração dessas comunidades na produção de babaçu, considerando os critérios de sustentabilidade, uso e manejo das florestas de babaçu, as principais dificuldades e êxitos das comunidades durante o processo.

3.4 Seminário de integração.

Será realizado ao fim do projeto um seminário com os integrantes do Consorcio Babaçu Livre, parceiros instituídos no decorrer do projeto e instituições de apoio para socialização dos resultados obtidos.

O seminário irá abordar: I – Processo de composição do consorcio e ratificação de seus princípios e modo de operação, II – validação da demanda coletiva de investimentos, III – validação das soluções para a logística de transporte identificadas, IV - validação do plano de formação e capacitação, V – socialização dos vídeos e manuais tecnológicos elaborados, VI – socialização dos resultados da experiência piloto para inclusão produtiva e VII – análise coletiva do impacto socioambiental do Consorcio Babaçu Livre na conservação do Cerrado e manutenção dos modos de vida das comunidades que o integram.

Componente 04: TICCA's

Tem como objetivo principal fortalecer a categoria indenitária das Quebradeiras de Coco Babaçu como comunidade tradicional, buscando o reconhecimento internacional como Territórios e Áreas Conservadas por Comunidades Indígenas e Locais (TICCA's).

Atividades vinculadas ao componente:

4.1. Selecionar comunidades.

A equipe do projeto em conjunto com a ASSEMA e COPPALJ, irá selecionar e mobilizar três comunidades para iniciar o diálogo para o processo de reconhecimento como TICCA, sendo duas na região do Médio Mearim e entorno e uma na região do Bico do Papagaio e entorno.

4.2. Intercambio com Povo Kalunga.

Será promovido uma visita de intercâmbio de lideranças dos três territórios selecionados com o Povo Kalunga, com o objetivo de compreender o processo e relevância do registro como TICCA a partir de uma ótica da comunidade.

4.3. Registro como TICCA.

A equipe de projeto irá realizar o levantamento, produção e organização da documentação necessária ao processo de registro internacional das três comunidades como TICCA e iniciará o registro.

4.4 Seminário sobre TICCA

Será realizado ao fim do projeto um seminário com as comunidades que integram o Consorcio Babaçu Livre.

O seminário irá abordar: I – o conceito de TICCA e sua relevância para conservação da sociobiodiversidade, II – o processo e a experiência de reconhecimento das três comunidades com apoio do projeto, III – a construção de ações coletivas do consorcio em relação a promoção do reconhecimento internacional de seus integrantes como TICCA, quando aplicável.

Componente 05: Monitoramento e Gestão do Projeto.

Tem como objetivo específico promover o monitoramento, gestão e comunicação do projeto, garantindo sua efetiva implementação com foco nos resultados projetados.

Atividades vinculadas ao componente:

5.1. Plano de Monitoramento.

Será estabelecido um Plano de Monitoramento do projeto, definindo a linha de base, metas de evolução e prazos, com ênfase na relação entre aumento da produção e mitigação, através da implementação das Boas Práticas de Produção, de possíveis impactos negativos que possam ser causados por esse aumento produtivo.

5.2. Reuniões de monitoramento.

Serão realizadas reuniões bimestrais de monitoramento e gestão do projeto entre a Central do Cerrado, COPPALJ e ASSEMA, com a finalidade de garantir a boa execução do projeto e o atendimento ao disposto no plano de monitoramento.

5.3. Visitas e checagem.

Serão realizadas pela equipe do projeto, visitas de monitoramento junto aos integrantes do Consórcio Babaçu Livre. As visitas terão a finalidade de avaliar o comprometimento do empreendimento com os princípios do consórcio e que suas práticas não causam qualquer ameaça aos babaçuais e a biodiversidade que dela depende.

3. Impactos potenciais: *Esta seção avaliará os impactos esperados do projeto (positivos e negativos) sobre os povos indígenas.*

- Manter a governança consuetudinária dos territórios da Quebradeiras de Coco babaçu.
- Ter um espaço coletivo amplo de gestão da terra e territórios manejados pelas Quebradeiras de Coco Babaçu.
- Ter um espaço coletivo amplo de construção, implementação e monitoramento de políticas públicas que afetem os territórios das Quebradeiras de Coco Babaçu.
- Consolidar o uso econômico das florestas de babaçu e do Cerrado em pé, como estratégia de conservação do bioma e dos modos de vida das Quebradeiras de Coco Babaçu.
- Consolidar o uso econômico das florestas de babaçu e do Cerrado em pé, pelas Quebradeiras de Coco Babaçu, como alternativa a expansão de monoculturas e pecuária na região do projeto.
- Regular preço dos produtos derivados do babaçu, e proporcionar uma divisão mais justa de ganhos econômicos para as comunidades, considerando a concentração de oferta em um consórcio com maior poder de negociação.
- Excluir comunidades de Quebradeiras de Coco Babaçu que não estejam organizadas para produção coletiva e gestão participativa.
- Depender de parcerias comerciais com uma ou poucas empresas.
- Preferir direitos já adquiridos em detrimento a ganhos econômicos.

4. Preparação participativa: *Esta seção descreverá a participação das comunidades afetadas durante o processo de formulação do projeto (ou seja antes da apresentação da proposta completa), e explicará como o consentimento livre, prévio e informado foi obtido.*

É necessário ressaltar que as principais organizações produtivas, envolvidas no projeto, são cooperadas formais da proponente/beneficiária. Das atuais 24 organizações filiadas em 9 estados brasileiros de diversas categorias indenitárias de Comunidades Tradicionais, 4 organizações singulares são organizações produtivas de mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, filiadas a Cooperativa Central do Cerrado.

- Cooperativa dos Pequenos produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALI).
- Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPAESP).
- Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (CIMQCB).
- Cooperativa Babaçu Livre.

O projeto foi elaborado considerando a finalidade estatutária da organização, definida no inciso IV do Artigo 1º, "...prestação de serviços as suas cooperadas no desenvolvimento de suas atividades agrossociais, comercialização, processamento, beneficiamento e industrialização de produtos, assessoria técnica e outros serviços essenciais e auxiliares necessários para o desempenho das atividades socioeconômicas das cooperadas", e detalhada no Artigo 2º do Estatuto Social.

O projeto foi concebido respeitando a finalidade institucional e sua função de promover a organização produtiva sustentável e acesso a mercados para seus cooperados e as cadeias de valor da sociobiodiversidade brasileira que eles atuam, nesse caso específico, o babaçu.

Em 2017/2018, esse mesmo conjunto de organizações elaboraram um projeto sobre o babaçu, para o edital de fortalecimento de cadeias de valor do Fundo Amazônia, com apoio financeiro do Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), foram feitas uma série de reuniões comunitárias no Maranhão e Tocantins, ouvindo as organizações e construindo a proposta do projeto através da Metodologia Value Link.

O projeto foi submetido ao Fundo Amazônia pela Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão – ASSEMA, foi aprovado com segunda melhor classificação do edital em 2019, mas não chegou a ser contratado devido as mudanças na gestão do Fundo Amazônia e o entendimento entre os doadores do e a então nova gestão vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

Todo o acúmulo adquirido na elaboração participativa do projeto para o Fundo Amazônia foi utilizado na construção do Projeto Consorcio de Conservação e Uso Sustentável Babaçu livre.

5. Estratégias de Mitigação: *Esta seção delineará medidas para evitar impactos negativos e fornecer benefícios culturalmente apropriados.*

-Obter o consentimento prévio, livre e informado das comunidades que vierem integrar o Consorcio Babaçu Livre e/ou que irão colaborar com qualquer ação do projeto, seja de forma ampla ou específica. Garantido em especial, e de forma clara e objetiva, o direito de negar-se a Comunidade.

-Integrar ao Consorcio Babaçu Livre, comunidades em distintos estágios de organização produtiva e comunitária.

-Diversificar ao máximo o número de empresas parceiras e os canais de comercialização da produção advindas dos grupos integrantes do consorcio.

-Garantir que todas as operações comerciais, ocorridas via o Consorcio Babaçu Livre, ou diretamente por organização que integre o consorcio, sejam realizadas respeitando os direitos das Comunidades Tradicionais, em especial os descritos na Convenção 169 da OIT, na Convenção do Clima, na Convenção sobre Diversidade Biológica e na Lei da Biodiversidade (Lei 13.123/15).

6. Monitoramento e avaliação: *Esta seção explicará como o cumprimento da política de salvaguarda sobre Povos Indígenas será monitorado e relatado ao CEPF e / ou à Equipe de Implementação Regional. As metodologias de monitoramento e avaliação devem ser adaptadas ao contexto local, indicadores e capacidade.*

Os acordos coletivos e os resultados das consultas e parcerias estabelecidas com as partes interessadas, serão descritos em relatório específico da atividade (reunião ou encontro, presencial ou virtual) e comporão os relatórios de evolução do projeto, estes serão encaminhados as todas as partes interessadas do projeto.

Os resultados obtidos a partir das consultas e parcerias estabelecidas serão descritos nos relatórios de evolução do projeto e através de publicação em redes sociais do projeto e grupos de mensagens instantâneas.

E os resultados gerais do projeto, incluído os obtidos no Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, serão apresentados de forma sistematizada e validados pelas partes interessadas no seminário de consolidação do Consorcio Babaçu Livre, previsto para ocorrer de forma presencial no mês de outubro de 2021.

7. Mecanismo de Reclamação:

Todos os projetos que ativam uma salvaguarda devem fornecer às comunidades locais e outras partes interessadas relevantes um meio de levantar uma reclamação junto ao beneficiário, a Equipe de Implementação Regional relevante, o Secretaria do CEPF ou o Banco Mundial.

Este mecanismo de reclamação deve incluir, no mínimo, os seguintes elementos:

- E-mail e telefone para a organização do beneficiário,
- E-mail e telefone para a Equipe de Implementação Regional do CEPF,
- E-mail e telefone para o escritório local do Banco Mundial,
- O e-mail do Diretor Executivo do CEPF: cepfexecutive@conservation.org,
- Uma declaração descrevendo como as partes interessadas serão informadas sobre os objetivos do projeto e a existência do mecanismo de reclamação (por exemplo, por meio de cartazes, letreiros, avisos públicos, anúncios públicos, em idiomas locais).
- Deverá incluir o seguinte texto, exatamente, em qualquer mecanismo de reclamação: “Nós compartilharemos todas as reclamações - e uma resposta proposta - com a Equipe de Implementação Regional e o Diretor de Subsídio do CEPF dentro de 15 dias. Se os requerentes não estiverem satisfeitos após a resposta, eles podem enviar a reclamação diretamente ao Diretor Executivo do CEPF em cepfexecutive@conservation.org ou pelo correio. Se o requerente não estiver satisfeito com a resposta do Diretor Executivo do CEPF, eles podem enviar a reclamação ao Banco Mundial no escritório local do Banco Mundial”.

Descreva o mecanismo de reclamações que você usará para seu projeto e como irá garantir que os interessados estejam cientes da sua existência.

A Central do Cerrado irá estabelecer na página do projeto em seu site um espaço específico para implementar o mecanismos de queixas, essa ferramenta será apresentada as partes interessadas e terá destaque através de um banner virtual que será visto ao abrir a página.

O Mecanismo de Reclamação será composto minimamente de:

- E-mail e telefone para a organização do beneficiário;
reclamacoes@centraldocerrado.org.br
+55 61 33278489
- E-mail e telefone para a Equipe de Implementação Regional do CEPF;
cepfcerrado@iieb.org.br,
+55 61 3248 7449
- E-mail e telefone para o escritório local do Banco Mundial;
AGUARDANDO O ENVIO DAS INFORMAÇÕES PARA DESCREVER.

- O e-mail do Diretor Executivo do CEPF:
cepfexecutive@conservation.org,

- Uma declaração descrevendo como as partes interessadas serão informadas sobre os objetivos do projeto e a existência do mecanismo de reclamação (por exemplo, por meio de cartazes, letreiros, avisos públicos, anúncios públicos, em idiomas locais).

“Os objetivos do projeto e o Mecanismo de Reclamação serão informados as Partes interessadas através de reuniões e encontros virtuais e/ou presenciais e material impresso explicativo.

Caso alguma das organizações ou grupos, principalmente as identificadas como Comunidades Tradicionais, possuam um Protocolo Comunitário de Consulta estabelecido, o projeto seguirá o estabelecido nesse protocolo”.

- Texto informativo sobre o mecanismo de reclamação:

“Nós compartilharemos todas as reclamações - e uma resposta proposta - com a Equipe de Implementação Regional e o Diretor de Subsídio do CEPF dentro de 15 dias. Se os requerentes não estiverem satisfeitos após a resposta, eles podem enviar a reclamação diretamente ao Diretor Executivo do CEPF em cepfexecutive@conservation.org ou pelo correio. Se o requerente não estiver satisfeito com a resposta do Diretor Executivo do CEPF, eles podem enviar a reclamação ao Banco Mundial no escritório local do Banco Mundial”.

8. **Orçamento:** *Esta seção resumirá os custos dedicados relacionados ao cumprimento da política de salvaguarda sobre Povos Indígenas. Estes custos devem ser integrados no orçamento da subvenção do CEPF e / ou cobertos por cofinanciamento.*

A responsabilidade de implementação do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas serão da gerência do projeto com suporte direto do articulador regional e da assessoria de comunicação.

Para a implementação do plano, foram destinados os seguintes recursos dentro do orçamento do projeto:

- a) Manutenção da equipe envolvida na implementação do plano.
- b) Serviços gráficos para impressão dos folders.
- c) Aquisição de passagens aéreas e terrestres.
- d) Custeio de viagens através de diárias para cobertura de custos de alimentação e hospedagem, para equipe do projeto e lideranças comunitárias.
- e) Locação de veículos.
- f) Locação de espaços físicos com infraestrutura de comunicação para atividades coletivas.
- g) Contratação de serviços de facilitadores e mediadores para as atividades coletivas.

Considerando que grande parte das atividades do projeto se configuram ações de consultas e construções coletivas para desenvolver e multiplicar capacidades que promovam o uso sustentável das florestas de babaçu, estimamos que cerca de 20 % do total de recursos do projeto se destinarão a implementação do plano, somando um volume de recursos de cerca de 19,5 mil dólares.